

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2011
CIRCULANTE	72.929	64.493	CIRCULANTE	3.377	2.523
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	70.288	61.717	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 13f)	3.216	2.373
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13e)	827	962	Dividendos a Pagar (Nota 7b)	71	60
Créditos Tributários (Nota 13c)	1.812	1.812	Outras Obrigações	90	90
Outros Créditos	2	2			
NÃO CIRCULANTE	3.801	3.996	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73.353	65.966
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.801	3.996	Capital Social:		
Créditos Recebíveis (Nota 6)	33.050	35.023	- De Domiciliados no País (Nota 7a)	37.706	37.706
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6)	(33.050)	(35.023)	Reservas de Lucros	35.647	28.260
Créditos Tributários (Nota 13c)	3.637	3.637			
Outros Créditos	164	959			
TOTAL	76.730	68.489	TOTAL	76.730	68.489

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
Exercícios findos em 31 de dezembro	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
	2012	2011	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros
RECEITAS OPERACIONAIS	12.760	10.896	Eventos		
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 6b)	7.446	4.411	Saldos em 31.12.2010	37.706	1.250
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 8)	5.314	6.452	Lucro Líquido do Exercício	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.045)	(1.393)	Destinações: - Reservas	-	6.285
Despesas Tributárias (Nota 9)	(544)	(490)	- Dividendos Propostos (R\$ 1,61 por lote de mil ações)	314	5.911
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	(383)	(870)	Saldos em 31.12.2011	37.706	1.564
Outras Despesas Operacionais (Nota 11)	(118)	9.503	Lucro Líquido do Exercício	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	11.715	9.503	Destinações: - Reservas	-	7.458
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	11.715	9.503	- Dividendos Propostos (R\$ 1,91 por lote de mil ações)	373	7.014
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(4.257)	(3.218)	Saldos em 31.12.2012	37.706	1.937
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.458	6.285			
Número de ações	37.083.738	37.083.738			
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	201,12	169,48			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
Exercícios findos em 31 de dezembro	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais			
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.715	9.503	1 - RECEITAS	1.974
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(8.299)	(4.429)	1.2) Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	1.974
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(6.325)	(4.031)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.360)
Provisão Outros Créds. Liq. Duvidosa	(1.974)	(398)	Serviços de Terceiros	(119)
Lucro Líquido Ajustado	3.416	5.074	Perda/Recuperação de Valores Ativos	(119)
Redução (Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	7.688	3.482	Outros	(1.122)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(11)	36	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	614
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.462)	(1.794)	4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	5,0
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) das Atividades Operacionais	8.631	6.798	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	614
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.684
Dividendos Pagos	(60)	(41)	Receitas Financeiras	11.684
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(60)	(41)	7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	12.298
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.571	6.757	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	12.298
(Redução)/Aumento Início do Período	61.717	54.960	8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	4.817
Fim do Período	70.288	61.717	Federais	4.800
Equivalentes de Caixa	8.571	6.757	Estaduais	17
			Municipais	0,1
			8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros..	23
			8.3) Remuneração de Capitais Próprios.	7.458
			Dividendos	71
			Lucros Retidos	7.387

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
Exercícios findos em 31 de dezembro	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais			
	2012	2011	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício	7.458	6.285	1) CONTEXTO OPERACIONAL	
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	7.458	6.285	A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

2.2) Moeda Funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se de uma moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado
1 - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda

b) Recebíveis
Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos e recebíveis na conta "Renditas de Créditos e Recebíveis".

2.5) Passivos Financeiros
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívida subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.
A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tantos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Conseqüentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa de futuras perdas reais.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.
Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o montante do ativo apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.
Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativo não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por *impairment* são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.10) Patrimônio Líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de Créditos Recebíveis
As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

b) Receitas Financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data de que o direito em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos dessa controlada são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social
A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Conforme Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1
Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2
Dados observáveis que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3
Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e companhias não financeiras e certos contratos de derivativos.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ADC - BRADESCO ASSOCIACAO DESPORTIVA CLASSISTA	2
ALVORADA COMPANHIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS	3
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A	10
MAGNETI MARELLI COFAP CIA. FABRICADORA DE PEÇAS	5



Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 34
São Paulo, sexta-feira, 22 de fevereiro de 2013

Página 3

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na nota explicativa: 13d - Previsão de realização dos créditos tributários.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	12	7
Fundos de Investimentos Financeiros (2).....	70.276	61.710
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	70.288	61.717

(1) Refere-se a depósitos bancários à vista.
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 70.276 (2011 - R\$ 61.710).

6) CRÉDITOS RECEBÍVEIS

a) Movimentação dos créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Saldo Inicial.....	-	-
Baixas por Recebimento.....	(1.974)	(398)
Reversão de Provisões.....	1.974	398
Saldo Final.....	33.050	35.023
- Créditos Recebíveis.....	(33.050)	(35.023)

b) Resultado de Créditos Recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Recuperação de Crédito.....	6.347	4.046
Reversão de provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	1.974	398
Perdas com Títulos e Créditos.....	(875)	(33)
Total.....	7.446	4.411

A carteira de créditos recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos a mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões necessárias.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias.....	37.083.738	37.083.738
Total.....	37.083.738	37.083.738

b) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2012 e 2011 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		%	Em 31 de dezembro		%
	2012 (1)	2011 (1)		2012 (1)	2011 (1)	
Lucro Líquido do Exercício.....	7.458	6.285		7.458	6.285	
Reserva Legal.....	(373)	(314)		(373)	(314)	
Base de Cálculo.....	7.085	5.971		7.085	5.971	
Dividendos Mínimos Obrigatórios.....	71	60	1,0	60	60	1,0

(1) Durante o exercício de 2012 ocorreu pagamento de dividendos apurados com base em lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$ 60 (2011 - R\$ 41).

8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	5.336	6.467
Juros Passivos.....	(22)	(15)
Total.....	5.314	6.452

9) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
PIS.....	76	68
COFINS.....	467	421
Impostos e Taxas.....	1	1
Total.....	544	490

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços Prestados por Terceiros.....	22	15
Custas Judiciais.....	237	701
Contribuição Sindical Patronal.....	17	15
Editais e Publicações.....	97	130
Outras.....	10	9
Total.....	383	870

11) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Alienação de Bens de Dação Liquidada.....	118	-
Total.....	118	-

12) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.....	12	-	7	-
Dividendos a Pagar:				
Embaúba Holdings Ltda.....	(71)	-	(60)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	11.715	9.503
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(3.983)	(3.231)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis.....	(298)	(11)
Outros.....	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(4.257)	(3.218)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(4.257)	(3.229)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	-	11
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(4.257)	(3.218)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	Constituição	Realização	2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	5.418	-	-	5.418
Outras provisões.....	31	31	31	31
Total dos créditos tributários.....	5.449	31	31	5.449

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	Constituição	Realização	2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	5.418	-	-	5.418
Outras provisões.....	31	31	31	31
Total dos créditos tributários.....	5.449	31	31	5.449

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 827 (2011 - R\$ 962) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores.

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 3.216 (2011 - R\$ 2.373), referem-se ao PIS no montante de R\$ 5 (2011 - R\$ 6), Cofins no montante de R\$ 30 (2011 - R\$ 40), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 2.666 (2011 - R\$ 2.101) e da Contribuição Social no montante em R\$ 515 (2011 - R\$ 226).

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 827 (2011 - R\$ 962) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores.

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 3.216 (2011 - R\$ 2.373), referem-se ao PIS no montante de R\$ 5 (2011 - R\$ 6), Cofins no montante de R\$ 30 (2011 - R\$ 40), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 2.666 (2011 - R\$ 2.101) e da Contribuição Social no montante em R\$ 515 (2011 - R\$ 226).

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Osasco - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da Companhia e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 18 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP 160769/O-0

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ADC BRADESCO ASSOCIACAO DESPORTIVA CLASSISTA.....	2
ALVORADA COMPANHIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS.....	3
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A.....	10
MAGNETI MARELLI COFAP CIA. FABRICADORA DE PEÇAS.....	5

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 34
São Paulo, sexta-feira, 22 de fevereiro de 2013

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

www.imprensaoficial.com.br

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMAGENS ILUSTRATIVAS

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ: 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais	
	2012	2011
CIRCULANTE	72.299	64.493
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	70.288	61.717
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13e)	827	827
Créditos Tributários (Nota 13c)	1.812	1.812
Outros Créditos	2	2
NÃO CIRCULANTE	3.801	3.996
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.801	3.996
Créditos Receiváveis (Nota 6)	33.050	35.023
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6)	(33.050)	(35.023)
Outros Créditos	3.637	3.637
TOTAL	76.730	68.489

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
RECEITAS OPERACIONAIS	12.760	10.896
Resultado de Créditos Receiváveis (Nota 6b)	7.446	4.411
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	5.314	6.485
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.045)	(1.393)
Despesas Tributárias (Nota 9)	(544)	(490)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10)	(383)	(870)
Outras Despesas Operacionais (Nota 11)	(118)	(80)
RESULTADO OPERACIONAL	11.715	9.503
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	11.715	9.503
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(4.257)	(3.218)
LURO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.458	6.285
Número de ações	37.083.738	37.083.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	201,12	169,48

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	11.715	9.503
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.715	9.503
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(4.299)	(4.429)
Variações Monetárias e Cambiais, Liquidações, Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Impostos, Provisão Outros Créditos	(6.325)	(4.031)
Lucro Líquido Ajustado	3.416	5.074
Redução (Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens (Redução) Aumento em Outros Obrigações	7.686	3.482
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(11)	36
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) das Atividades Operacionais	(2.462)	(1.794)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	8.571	6.757
Dividendos Pagos	(60)	(41)
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(60)	(41)
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	8.571	6.757
(Redução) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.117	5.480
Início do Período	70.288	61.717
Fim do Período	76.730	68.489

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício	7.458	6.285
Outros Componentes do Resultado Abrangente	7.458	6.285
Total do Resultado Abrangente do Exercício	7.458	6.285

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma companhia que tem por objetivo executar a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimo de curto prazo, de financiamento de médio e longo prazo, de arrendamento mercantil, de locação de bens, de arrendamento mercantil, de sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias.

A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas atividades são exercidas em nome próprio, sob o controle e supervisão da Diretoria e do Conselho de Administração. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a execução dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

2.2) Moeda Funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data de efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são normalmente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado
1 - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia realiza investimentos a termo de curto prazo, com vencimento em seu valor justo de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado operacional.
Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

b) Receiváveis
Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente reconhecidos ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos e recebíveis na conta "Receitas de Créditos e Receiváveis".

2.5) Passivos Financeiros
A Companhia classifica os seus passivos financeiros pelo custo amortizado.
Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definição de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos em cada período histórico considerado, com base no valor justo de mercado de cada ativo, considerando o custo de aquisição e o benefício das sinergias da grande parte esperada. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um teste operacional determinado de acordo com o CPC 22.

2.7) Redução no valor recuperável de ativos financeiros
a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado não foram recuperáveis. As evidências objetivas são aquelas que ocorrem independentemente da intenção da Companhia de manter os ativos. A determinação da perda por redução no valor recuperável de ativos financeiros exige, por sua natureza, que sejam julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de ativos reconhecidos, tanto em bases individuais quanto em bases de carteira específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência histórica e qual período histórico consideramos. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da perda por redução incluem: (i) conjuntura econômica; (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Conseqüentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa de futuros perdas reais.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)
Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ação e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.
Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que não é grande parte independentes dos fluxos de caixa de ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o momento do fluxo de caixa futuro em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da grande parte é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um teste operacional determinado de acordo com o CPC 22.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das passivas contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remota não são prováveis e nem divulgadas;
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de controvérsia é sua legalidade e constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.10) Patrimônio Líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferença entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potencialmente diluíveis.
b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando a proposição do dividendo encontra o seu curso normal de acordo com o Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de Créditos Receiváveis
As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.896 de 26 de janeiro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2012		2011	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE	72.299	64.493	3.377	2.523	3.377	2.523
Dividendos a Pagar (Nota 7b)	827	827	31	60	31	60
Outras Obrigações	90	90	90	90	90	90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76.730	68.489	73.353	65.966	73.353	65.966
Capital Social	-	-	-	-	-	-
- De Domiciliados no País (Nota 7a)	-	-	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	37.706	37.706	37.706	37.706

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2012	2011			
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Totais	
Saldos em 31.12.2010	37.706	1.250	20.785	-	59.741
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	6.285	6.285
Destinações - Reservas:	-	314	5.911	(6.225)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 1,61 por lote de mil ações)	-	-	-	(60)	(60)
Saldos em 31.12.2011	37.706	1.564	26.696	-	65.966
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	7.458	7.458
Destinações - Reservas:	-	373	7.014	(7.387)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 1,91 por lote de mil ações)	-	-	-	(71)	(71)
Saldos em 31.12.2012	37.706	1.937	33.710	-	73.353

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2012	2011		
1- RECEITAS	1.974	16,1	398	4,0
1.2) Provisão/Réu Créd. Liquidação Duvidosa	1.974	16,1	398	4,0
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.360)	(11,1)	(888)	(8,9)
Serviços de Terceiros	(119)	(1,0)	(145)	(1,4)
Recuperação de Valores Ativos	(119)	(1,0)	(145)	(1,4)
Outros	(1.122)	(9,1)	(743)	(7,5)
3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	614	5,0	(490)	(4,9)
4- DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-4)	614	5,0	(490)	(4,9)
6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.684	95,0	10.513	104,9
Receitas Financeiras	11.684	95,0	10.513	104,9
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	12.298	100,0	10.023	100,0
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	12.298	100,0	10.023	100,0
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	4.817	39,1	3.723	37,2
Federais	4.800	39,0	3.707	37,0
Estaduais	17	0,1	16	0,2
Municipal	23	0,2	15	0,1
8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	23	0,2	15	0,2
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	7.458	60,7	6.285	62,7
Dividendos	71	0,6	60	0,6
Lucros Retidos	7.387	60,1	6.225	62,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 4 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1
Ativos e passivos cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados ativos de balcão.

Nível 2
Dados observáveis que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a custos de rendimento, taxas por juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3
Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativa da Administração. Esta categoria geralmente inclui os títulos emitidos por instituições financeiras e companhias não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de preços de mercado disponíveis e outros fatores. Quando as condições de mercado mudarem, os resultados podem variar significativamente. Determinados ativos estão sujeitos a revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas em resultado operacional. A perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros é a diferença entre o valor recuperável e o custo amortizado recuperável e é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.
As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam resultar significativamente de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas.

13d - Provisão de realização dos créditos tributários.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Disponibilidades em moeda nacional (1) 12 617
Fundos de Investimentos Financeiros (2) 70.276 61.717
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa **70.288** **61.717**

1) Caixa e equivalente bancário à vista
Ativos e passivos de curto prazo de prazo de vencimento inferior a 90 dias em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 70.276 (2011 - R\$ 61.710).

6) CRÉDITOS RECEBÍVEIS
a) Movimentação dos créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Saldo Inicial	33.050	35.023
Reversão de Provisões	(1.974)	(398)
Reversão de Provisões	1.974	398
Saldo Final	33.050	35.023
Base e Cálculo	33.050	35.023
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(33.050)	(35.023)

b) Resultado de Créditos Receiváveis

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Reversão de Crédito	6.347	4.266
Reversão de provisões de Créditos de Liquidação Duvidosa	1.974	398
Perdas com Títulos e Créditos	(675)	(35)
Total	7.446	4.411

A carteira de créditos recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos a mais de 360 dias, os quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões necessárias.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição de capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	37.083.738	37.083.738
Total	37.083.738	37.083.738

Dividendos
Conforme disposições estatutárias os acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2012 e 2011 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2012 (1)	2011 (1)
Lucro Líquido do Exercício	7.458	6.285
Reserva Legal	(373)	(314)
Reserva de Lucros	7.085	5.971
Dividendos Mínimos Obrigatórios	71	60
(1) Durante o exercício de 2012 ocorreu pagamento de dividendos apurados com base em lucros de exercícios anteriores,		

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 03.572.412/0001-94
Sede: Cidade de Deus - Osasco - SP



10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços Prestados por Terceiros.....	22	15
Custas Judiciais.....	237	701
Contribuição Sindical Patronal.....	17	15
Ediais e Publicações.....	97	130
Outras.....	10	9
Total.....	383	870

11) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Alienação de Bens de Dação Liquidada.....	118	-
Total.....	118	-

12) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011		2012	2011
Caixa e Equivalentes de Caixa:			Ativo		Recettas
Banco Bradesco S.A.....	12	7	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Dividendos a Pagar:					
Embauba Holdings Ltda.....	(71)	(60)			

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	11.715	9.503
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(3.963)	(3.231)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indutíveis de receitas não tributáveis.....	(298)	(11)
Outros.....	24	24
Imposto de renda e contribuição social de exercício.....	(4.237)	(3.218)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(4.257)	(3.229)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	-	11
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(4.257)	(3.218)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	Constituição	Realização	2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	5.418	-	-	5.418
Outras provisões.....	31	31	31	31
Total dos créditos tributários.....	5.449	31	31	5.449

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2011	Constituição	Realização	2012
2013.....	1.332	-	480	1.812
2014.....	1.332	-	480	1.812
2015.....	1.333	-	480	1.813
2016.....	4	-	2	6
2017.....	4	-	2	6
Total.....	4.005	1.444	5.449	

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 5.215 (2011 - R\$ 5.150) de diferenças temporárias.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 827 (2011 - R\$ 962) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores.

f) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 3.216 (2011 - R\$ 2.372), referem-se ao PIS no montante de R\$ 5 (2011 - R\$ 6), Cofins no montante de R\$ 30 (2011 - R\$ 40), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 2.666 (2011 - R\$ 2.101) e da Contribuição Social no montante de R\$ 515 (2011 - R\$ 226).

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possui operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevante.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Osasco - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Âmbito da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão é limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da Companhia e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC ZSP014428/O-6

Osasco, 18 de fevereiro de 2013

Zenke Nakassato
Contador CRC 1SP 160769/O-0



• Não existem cubanos de Fidel ou de Miami. Há apenas cubanos que amam o seu país, onde quer que estejam.
Yoani Sánchez

¿Brasil, por que te callas?

Yoani, bem recebida em palestra pela manhã, não conseguiu lançar seu livro à noite devido a novas manifestações.

A blogueira e ativista cubana Yoani Sánchez cobrou do governo brasileiro um "posicionamento mais enérgico" e "duro" ao abordar o tema de direitos humanos com o governo Raúl Castro. "Tem falta de dureza ou franqueza na hora de falar do tema de direitos humanos na ilha. Tem havido silêncios demais. Eu recomendaria um posicionamento mais energético", disse a cubana, que participou na manhã de ontem de encontro promovido pe-

lojornal O Estado de S. Paulo. Lá, ela não teve de enfrentar manifestantes contrários à sua visita. A noite, porém, nem conseguiu autografar seu livro *De Cuba, Com Carinho* na Livraria Cultura da av. Paulista. No Brasil desde 23-feira, Yoani virou tema de embates entre manifestantes e parlamentares pró e contra o governo comunista de Cuba, com protestos e situações tensas por onde passou. Questionada sobre os protestos que enfrentou, ela afirmou que a democracia não guarda relação com fanatismo, que se caracteriza pela violência verbal e até física. "Impedir as pessoas de falar não é democracia", afirmou.



Yoani falou no auditório do Estadão.

lojornal O Estado de S. Paulo. Lá, ela não teve de enfrentar manifestantes contrários à sua visita. A noite, porém, nem conseguiu autografar seu livro *De Cuba, Com Carinho* na Livraria Cultura da av. Paulista. No Brasil desde 23-feira, Yoani virou tema de embates entre manifestantes e parlamentares pró e contra o governo comunista de Cuba, com protestos e situações tensas por onde passou. Questionada sobre os protestos que enfrentou, ela afirmou que a democracia não guarda relação com fanatismo, que se caracteriza pela violência verbal e até física. "Impedir as pessoas de falar não é democracia", afirmou.

Yoani, pela professora - Renaldo Azevedo, em seu blog na *Veja* online, pediu à professora livre-docente de direito penal da USP Conceição Paschoal, que foi ao encontro com Yoani, que escrevesse sobre a blogueira.

"Ao contrário do que vinha acontecendo em outras vezes, o clima estava ameno e respeitoso", relatou Conceição. Uma das perguntas foi o embargo a Cuba. "Respondeu ser contra, pois, caindo o embargo, Cuba não mais terá desculpas para todas as violações praticadas na ilha". Sobre a frase de Dilma "melhor uma democracia barulhenta que uma ditadura silenciosa", citada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Yoani disse que gostaria de eternizar a frase, uma de suas preferidas. Conceição continuou: "Para aqueles que vêm procurando distorcer os fatos, sugeriendo que se Cuba fosse mesmo tão ditatorial, esta moça não estaria aqui. Yoani, de forma muito diplomática disse que, na verdade, Cuba nem a tolera nem autoriza que ela mantenha seu trabalho. Cuba, dada a visibilidade mundial que ela conquistou, não tem mais como impedi-la. Ficou evidente que Yoani não recebeu a liberdade; ela abriu, conquistou, a duras penas, esse espaço". Aliás, escreve Conceição, "Yoani foi bem clara ao dizer que os cubanos vivem um cotidiano de pavor, pois não sabem se o amigo com

quem falam ao telefone é ou não um agente do Estado".

Socialismo? - Para Yoani, seu país não vive um regime socialista. "Não creio que em Cuba haja um socialismo e que tenhamos estado nunca perto do comunismo", afirmou. "Em Cuba vivemos um capitalismo de Estado, um capitalismo de clã familiar, onde o patrão não é o rico, nem o dono da terra, nem o burguês, mas o governo."

Uma das principais defensoras da liberdade de expressão em Cuba, Yoani disse temer que, com a futura saída do presidente Raúl Castro, haja revolta popular, caos e clima de violência. Embora o atual governo não dê sinais de mudanças significativas e promova "reformas lentas", Yoani disse que sonha com a democracia. "Tereamos a oportunidade de começar do zero", comentou. Segundo a blogueira, mesmo com medo do governo, os cubanos já começam a ter uma visão mais crítica em relação ao domínio de 54 anos dos irmãos Castro. "Vejo uma mudança entre os cubanos do interior. Essa situação não pode perdurar."

Yoani ainda fez questão de enfatizar que "não existem cubanos de Fidel ou cubanos de Miami. Há apenas cubanos que amam o seu país, onde quer que estejam".

Detarde, Yoani gravou participação no programa *Roda Viva*, da TV Cultura.

Mais protestos - À noite, não houve a programada sessão de autógrafos de seu livro *De Cuba, Com Carinho*. Um grupo de cerca de 70 militantes (foto abaixo) de organizações pró-Cuba começou a gritar palavras de ordem como "Yoani mercenária" e "agente da CIA". A palestra com Yoani foi interrompida e ela teve de deixar o local.



O senador Suplicy e a blogueira Yoani no Estado de S. Paulo

Viva la revolución

Atitude do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) na defesa da blogueira cubana Yoani Sánchez é, na verdade, uma forma dele defender o próprio regime cubano que ela ataca. A tese é do blogueiro da revista *Veja*, Renaldo Azevedo.

Para ele, apesar de posar de amigo da cubana, o senador solicitar que ela exija o fim do embargo econômico à ilha e defenda o fim da prisão americana de Guantánamo, em solo cubano é, na verdade, uma forma de desmoralizá-la. "O senador exige que a blogueira se ajoelhe no milho e faça, indiretamente, juras de amor a seu país - como se isso fosse necessário - para que tenha, então, legitimidade para falar", escreveu o colunista. "Ora, é evidente que Yoani é contra o embargo a Cuba (embora ele seja irrelevante); é evidente que ela só pode falar contra a permanência de prisioneiros em Guantánamo - e até mesmo contra a existência da base americana. Qualquer coisa que sugerisse o contrário serviria de pretexto para ser considerada agente da CIA", completa Azevedo.

Para o colunista, Suplicy é "um dos agentes da degradação dos direitos democráticos. Yoani teria o direito de falar o que bem entendesse, ainda que fosse favorável ao embargo; Yoani teria o direito de falar o que bem entendesse, ainda que fosse favorável à existência da base de

Guantánamo, com seus respectivos prisioneiros; Yoani teria o direito de falar o que bem entendesse, ainda que fosse favorável à prisão dos cinco cubanos no EUA", observa Azevedo. "Suplicy está tentando demonstrar aos brucutus de esquerda que a cubana não é assim tão má; que ela não é uma "conservadora", que ela não é "uma direitista", que ela não é "uma reacionária". Eu também acho que ela não é nada disso, mas é um absurdo que se exija dela que prove não ser nada disso. Especialmente quando ela tem o direito de ser tudo isso, se quiser, mantendo o direito à palavra!", conclui.

Yoani se assistiu com o tumulto durante sua passagem por Brasília, onde foi hostilizada por manifestantes radicais de esquerda. "O pique de extremistas era mais do que uma soma de adeptos incondicionais do governo cubano. Repetiam um roteiro idêntico e guiado, sem ter a menor intenção de escutar a réplica que eu poderia lhes dar. Gritavam, e de vez em quando exibiam um coro de palavras de ordem dessas que já não são ditas em Cuba. Contudo, com a ajuda do Senador Eduardo Suplicy e a calma ante as adversidades que me caracterizava, conseguimos começar a falar. Resumo: só sabiam berrar e repetir as mesmas frases, como autômatos programados", escreveu ela em seu blog. (Mário Tonocchi)